



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 719/2021/PGE-PCC

0019333219

Referência: Processo administrativo nº 0033.435172/2020-75 -Pregão Eletrônico nº. 90/2021/ZETA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de Licitação ZETA/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene pessoal e limpeza (absorvente íntimo, água sanitária, álcool etílico, aparelho de barbear, balde, cesto para lixo, creme dental, desinfetante, entre outros) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça.

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Proposta - Especificações. Conhecimento. Improcedente.

1. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **AVF COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAMENTOS E FARMACEUTICOS EIRELI** 0019333219 em face da decisão que habilitou a empresa **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI** para os itens de ampla e exclusiva participação **04 e 31 (Aparelho de barbear descartável com 2 lâminas)**, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 no art. 44 do Decreto Estadual nº 26.182/2021.

2. Houve apresentação de contrarrazões pela licitante **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI** 0019333265.

3. O presente processo foi encaminhado a pedido por meio do Despacho SUPEL-ZETA (0019448126) a fim de subsidiar a decisão do Superintendente da SUPEL.

4. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº 90/2021/ZETA/SUPEL/RO.

2. DA ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos

3. DAS RAZÕES DE RECURSO DA RECORRENTE AVF COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAMENTOS E FARMACEUTICOS EIRELI 0019333219

6. Em síntese, a recorrente afirma que a decisão que habilitou a empresa **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI** merece ser reformada, haja vista que a proposta não atendem as exigências do instrumento convocatório por não vir descrito o nome do **fabricante/marca e embalagem individual e catálogo**.

7. Alega que o produto será entregue a granel com 1.000 unidades.

8. Por fim, requer a desclassificação da proposta por descumprir o edital.

4. DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI 0019333265

9. Inicialmente, a Recorrida destaca que o produto ofertado (aparelho de barbear descartável) atende plenamente ao edital.

10. Por fim, requer que seja julgado improcedente o recurso interposto.

5. **DECISÃO DO PREGOEIRO 0019379951**

11. Compulsando os autos, verifica-se que o Pregoeiro julgou:

- 12. **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **AVF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDICAMENTOS E FARMACÊUTICO**, mantendo classificada e habilitada a recorrida **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI**, para os itens 04 e 31.

6. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

13. Insurge a recorrente **AVF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDICAMENTOS E FARMACÊUTICO** contra a habilitação da empresa **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI** alegando que o objeto ofertado não atende as especificações técnica do edital, por não constar embalagem individual, nome do fabricante e catálogo.

14. Após a classificação e habilitação da recorrida **STORAGE & LOGISTICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI para os itens 04 e 31**, foi oportunizado prazo recursal para interposição de recurso.

15. Em face da classificação, a Recorrente questiona que o produto não tem embalagem individual, nome do fabricante e a empresa não apresentou catálogo.

16. Na fase recursal, o Pregoeiro realizou diligência para fins de solicitar o folders da empresa, o qual foi anexado aos autos no ID 0019348543 e, posteriormente, encaminhou para a equipe técnica da SEJUS para validar a classificação da proposta, conforme Despacho SUPEL-ZETA (0019334116).

17. Em resposta, de forma sucinta, a Secretária de Estado da Justiça por meio do Despacho SEJUS-NUALM (0019359801) ratifica a classificação da proposta declarada pela Pregoeira na Ata e Demais Documentos (0019182732).

18. Destaca-se que o produto deve atender a necessidade da administração, inclusive, quanto a finalidade que se destina. Desse modo, considerando que as características o objeto licitado são elaboradas pelo Gestor Público, fica a aceitação sob sua responsabilidade, observando os requisitos exigidos.

19. Vale destacar que aqui os recursos não discutem possíveis direcionamentos a um ou outro licitante, e nem mesmo o favorecimento de determinado modelo, mas sim questões relacionadas ao atendimento ou não das condições do Edital.

20. Cabe ressaltar a obrigação da empresa contratada entregar o objeto de acordo com especificação técnica do Edital e Termo de Referência e, conseqüentemente da proposta, e que o não cumprimento das regras do edital, levam a efeito a imputação de multas e demais sanções consignadas na peça balizadora do certame, cabendo ao Órgão interessado a sua fiscalização.

21. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, resem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

22. Destarte, tendo por respaldo à Despacho SEJUS-NUALM (0019359801), concorda-se com a decisão do Pregoeiro.

7. **CONCLUSÃO**

23. Ante o exposto, sob o viés jurídico, **esta Procuradoria não vislumbra qualquer irregularidade na decisão do Pregoeiro em sede recursal.**

24. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

25. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

26. Tendo em vista o preço estimado desse procedimento licitatório, **essa opinião será submetido à aprovação ao Procurador Geral do Estado** diante da autorização conda no argo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante tratar-se de assunto de importância estadual, conforme dispõe a Resolução nº 08/2019/PGE-

GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

Porto Velho, data e hora do sistema

BRUNNO CORREA BORGES
PROCURADOR DO ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 24/08/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020009148** e o código CRC **F93074B5**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0033.435172/2020-75

SEI nº 0020009148